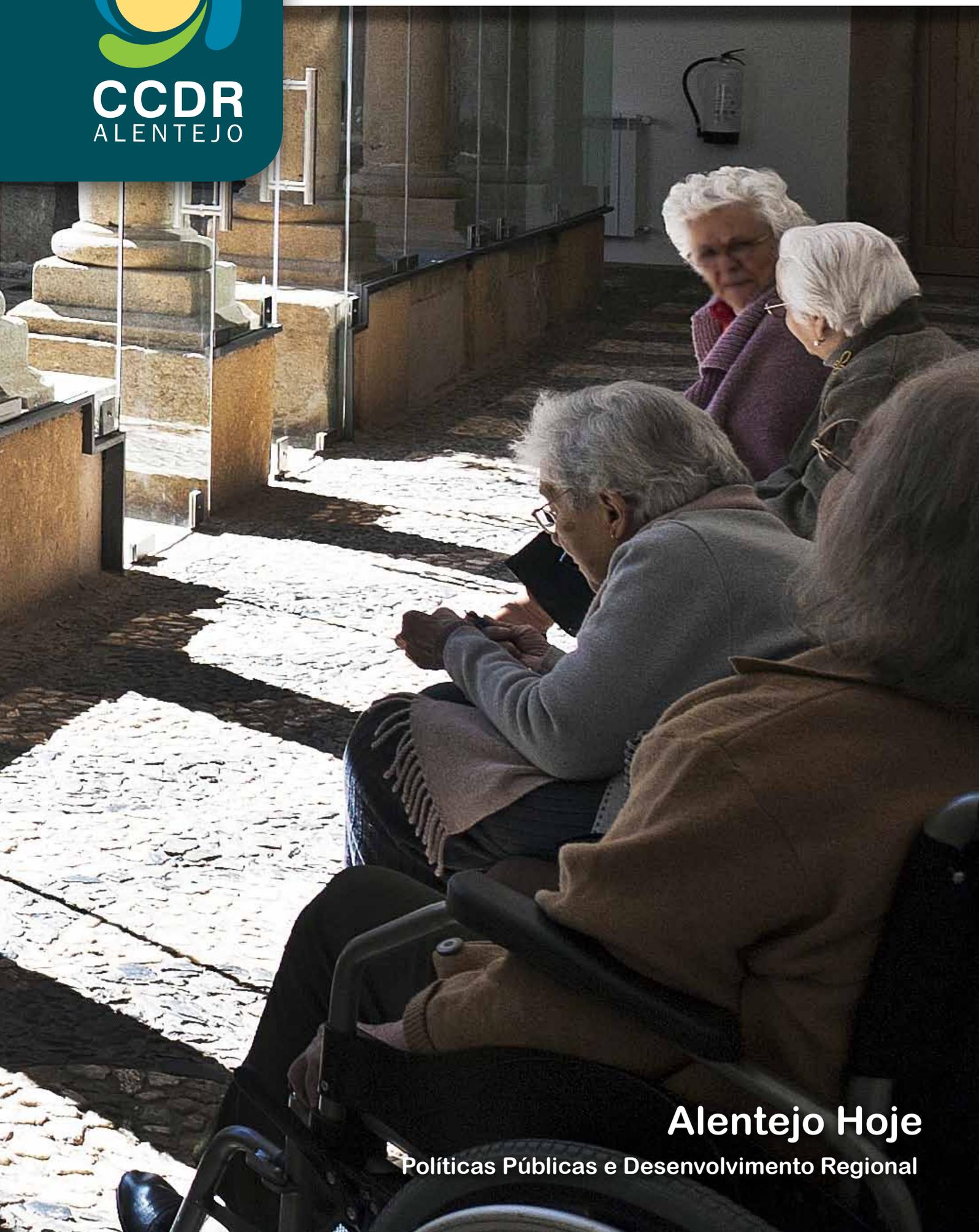




**CCDR**  
ALENTEJO

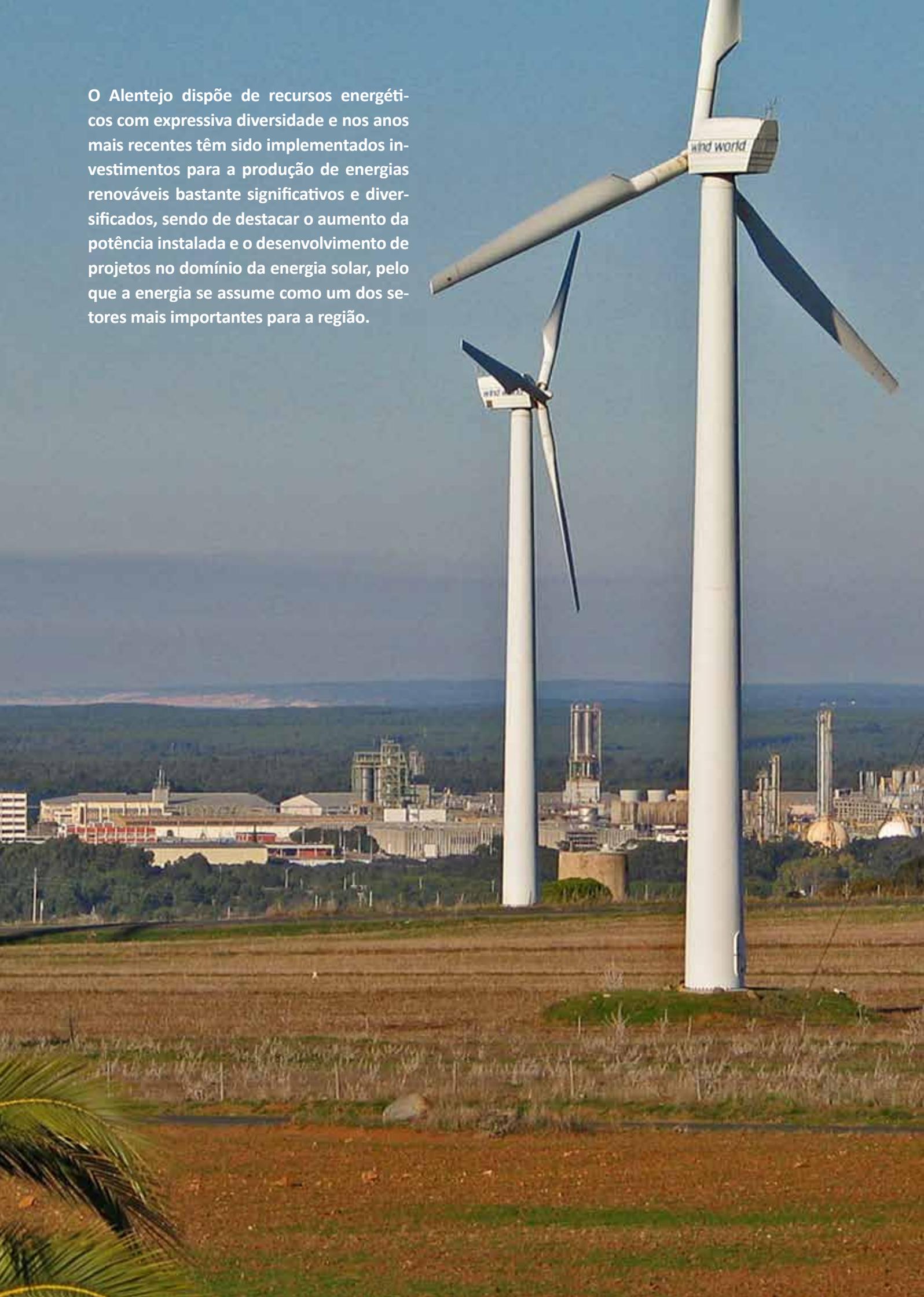
# Boletim Trimestral 27



**Alentejo Hoje**

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

O Alentejo dispõe de recursos energéticos com expressiva diversidade e nos anos mais recentes têm sido implementados investimentos para a produção de energias renováveis bastante significativos e diversificados, sendo de destacar o aumento da potência instalada e o desenvolvimento de projetos no domínio da energia solar, pelo que a energia se assume como um dos setores mais importantes para a região.



# Ficha Técnica

# Índice

## Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193  
7004-514 Évora  
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562  
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

## Diretor

- Roberto Pereira Grilo

## Diretor Executivo

- Joaquim Fialho

## Conceção Gráfica e Paginação

- Gabinete de Comunicação

## Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Carlos Almeida
- João Alface
- Joaquim Fialho
- Nelson Faustino
- Pedro Guilherme
- Teresa Godinho

## Edição

Dezembro 2017

## Capa

Lar Convento de S. Francisco - Castelo de Vide

## Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

## 4 Conjuntura Regional

## 10 Temas em destaque

O Alentejo e a Produção Energética a Partir de Fontes Renováveis

## 20 Presença na Internet das Câmaras Municipais do Alentejo, 2016

## 23 Esperança de Vida no Contexto Regional do Alentejo

## 28 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional Investimentos em destaque

## 30 Síntese da Execução

(Se desejar, clique nos títulos para visualizar diretamente os conteúdos.)

# Conjuntura Regional • 3º Trimestre de 2017

*O mercado de trabalho regional continua a revelar uma evolução das mais favoráveis dos últimos anos, quer relativamente ao trimestre homólogo, quer ao trimestre anterior.*

De salientar o crescimento da população activa relativamente ao trimestre anterior, apesar de uma ligeira variação negativa (-0,3%) face ao período homólogo. É de destacar o acréscimo da população empregada de 4,9%, face ao período homólogo (cerca de mais 15 mil pessoas empregadas) e de 2,6% face ao trimestre anterior (mais cerca de 8 mil pessoas empregadas).

## Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2017 - Mercado de trabalho

Indicador	3º Trimestre 2017	2º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Mercado de trabalho</b>						
População Activa (Mil.)	349,1	344,9	350,1	-0,3	1,2	INE
População empregada por conta de outrém (Mil.)	323,2	315,1	308,1	4,9	2,6	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrém (€)	823	811	807	2,0	1,5	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	56	55,3	56	0,0	1,3	INE
Taxa de desemprego (%)	7,4	8,7	12	-38,3	-14,9	INE
População desempregada (Milh.)	26	29,9	42,1	-38,2	-13,0	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	26,8	27,8	31,5	-14,8	-3,6	IEFP

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

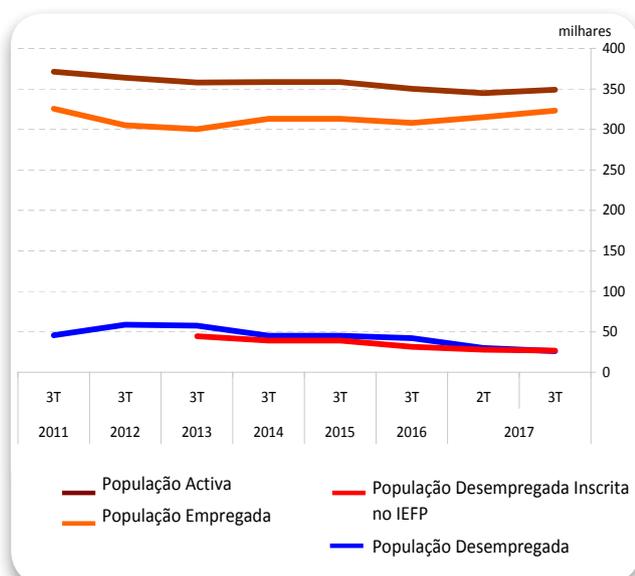
Estes valores estão em sintonia com a variação da taxa de desemprego de -38,3% face ao período homólogo e de -14,9% face ao trimestre anterior assim como o elevado decréscimo da população desempregada e mesmo da desempregada inscrita nos serviços de emprego, havendo cada vez mais uma convergência destas duas variáveis.

A população empregada por conta de outrem, na região, continua a ver o seu rendimento médio mensal líquido a variar positivamente, tendo passado de 807€ para 823€ no período de um ano, ao que corresponde o acréscimo em relação ao trimestre anterior, a uma variação de 1,5% e de 2% face ao período homólogo.

A evolução das variáveis num período temporal mais alargado, permite perceber melhor a sua tendência, pelo que se apresenta a evolução das mesmas entre 2011 e 2017.



## População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo – Evolução de 2011 a 2017



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Assim, apesar da população activa manifestar uma tendência ligeiramente ascendente após 2016 (mas praticamente estável), a população empregada já ultrapassou os valores de 2012 e a desempregada continua a ser inferior à de 2011. De salientar a tendência convergente dos últimos períodos, entre a população desempregada e a desempregada inscrita nos serviços de emprego, o que pode significar uma maior confiança da população nestes serviços e portanto, um menor número de desempregados que não recorre aos mesmos.

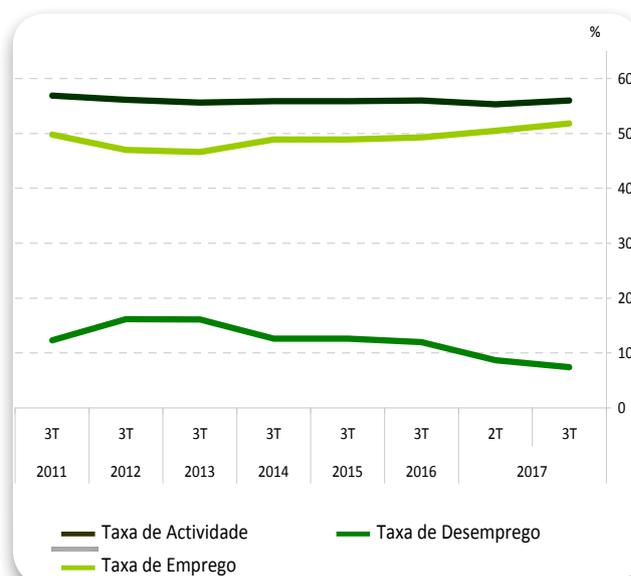
*No que se refere à habitação, continua a verificar-se a subida dos valores da avaliação bancária dos alojamentos, tendo chegado o valor do m<sup>2</sup> a 970€, constatando-se uma variação positiva desta variável de 55€/m<sup>2</sup>, face ao período homólogo.*

## Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2017 - Habitação e Turismo

Indicador	3º Trimestre 2017	2º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
<b>Habitação e Turismo</b>						
Licenças de construção (Nº fogos)	71	42	61	16,4	69,0	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m <sup>2</sup> )	970	956	915	6,0	1,5	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	205,1	176,1	183,5	11,8	16,4	INE
Turismo - proveitos totais (Milhares de €)	11982	9804	10666	12,3	22,2	INE

Fontes: INE - Infoline  
\* Variações sazonais

## Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2011 a 2017



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

Quanto à taxa de actividade, apesar de ter um ligeiro movimento ascendente desde 2016, ainda não atingiu o valor de 2011, enquanto a taxa de emprego já ultrapassou o valor verificado nesse ano, situação muito positiva para a região.

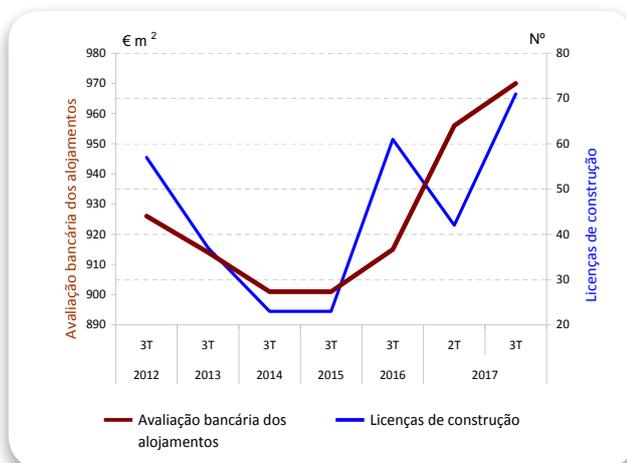
A taxa de desemprego que, até 2013, havia revelado uma tendência convergente com a taxa de emprego (o ano de 2013 foi claramente o ano mais desfavorável), a partir desta data é notória a tendência divergente destas variáveis, sendo a taxa de desemprego em 2017 (7,4%) bastante inferior à verificada em 2011 (12,4%).

O nº de fogos com licença de construção, apesar de continuar sem grande dimensão (71), revela uma variação positiva de 10 fogos com licença de construção, face ao ano anterior, com variação continuamente positiva. Por sua vez, a avaliação bancária dos alojamentos tem continuado a aumentar o valor do m2.

Se for tida em conta a evolução destas duas variáveis num período temporal mais alargado (desde 2012) pode concluir-se que no período 2013-2015, o número de licenças de construção teve o seu pior momento mas, após alguma falta de definição de tendência, no 3º T de 2017, a situação desta variável está acima da situação apresentada em 2012.

Já a avaliação bancária dos alojamentos, desde 2015 que revela a tendência continuamente ascendente, ultrapassando em 2017, os valores de avaliação praticados em 2012.

### Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos – Evolução 2012 a 2017

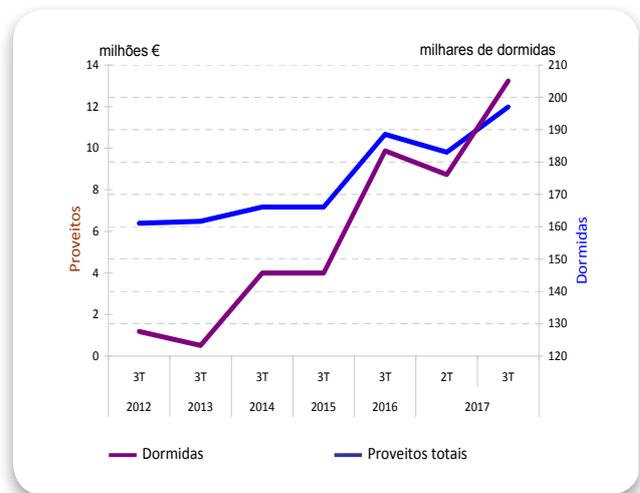


Fontes: INE

*Quanto ao turismo, continua a revelar-se um sector em ascensão, comprovada pelo crescimento de 11,8% no número de dormidas e de 12,3% nos proveitos, o que corresponde a cerca de mais 22 000 dormidas e 1,3 milhões de euros de proveitos, face ao período homólogo.*

Desde 2012 que a tendência destas duas variáveis se tem revelado ascendente. No entanto, o número de dormidas tem aumentado proporcionalmente mais que os proveitos, o que pode levar a crer que o valor das dormidas tem diminuído com o aumento da oferta.

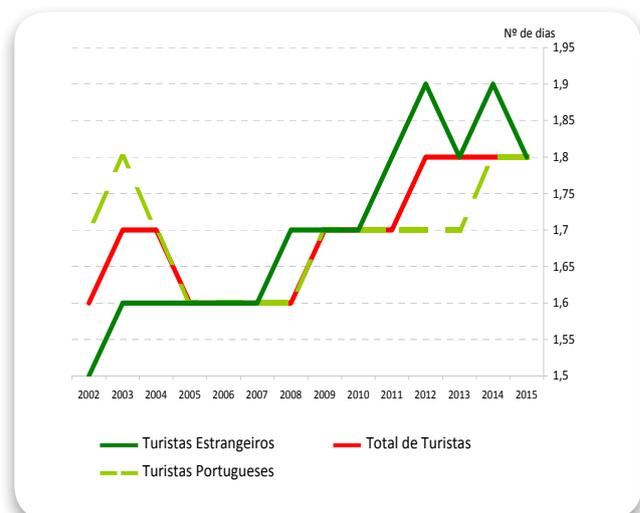
### Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Evolução 2012 a 2017



Fontes: INE

A estada média na região, em número de dias, em estabelecimentos hoteleiros, tem vindo a aumentar, estando a chegar a uma média de cerca de dois dias, sendo que os turistas estrangeiros, desde 2007 que têm revelado uma tendência de permanência mais longa que os turistas portugueses.

### Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2002 a 2017



Fontes: INE

*Os empréstimos concedidos pelo sector bancário às famílias e às sociedades revelam uma variação negativa face ao período homólogo e ligeiramente positiva face ao trimestre anterior, sendo que o valor da variação nos empréstimos às sociedades é mais acentuado.*

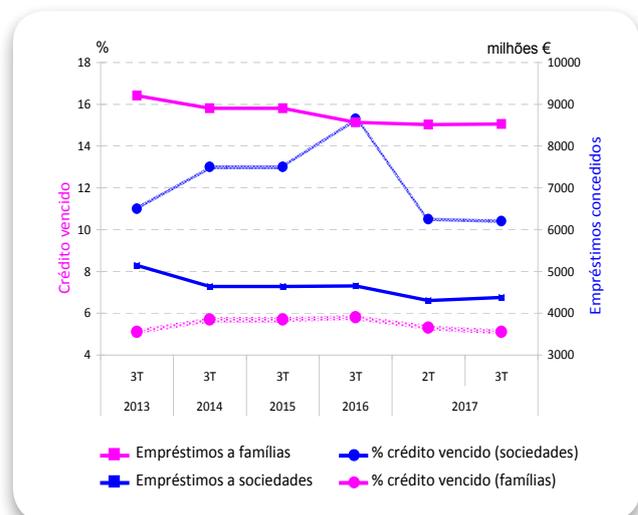
## Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2017 - Avaliação Bancária

Indicador	3º Trimestre 2017	2º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Avaliação Bancária</b>						
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	5,1	5,3	5,8	-12,1	-3,8	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 <sup>6</sup> €)	8527	8515	8567	-0,5	0,1	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 <sup>3</sup> devedores)	308,6	307,6	305,7	0,9	0,3	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	10,4	10,5	15,3	-32,0	-1,0	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 <sup>6</sup> €)	4378	4304	4653	-5,9	1,7	BP

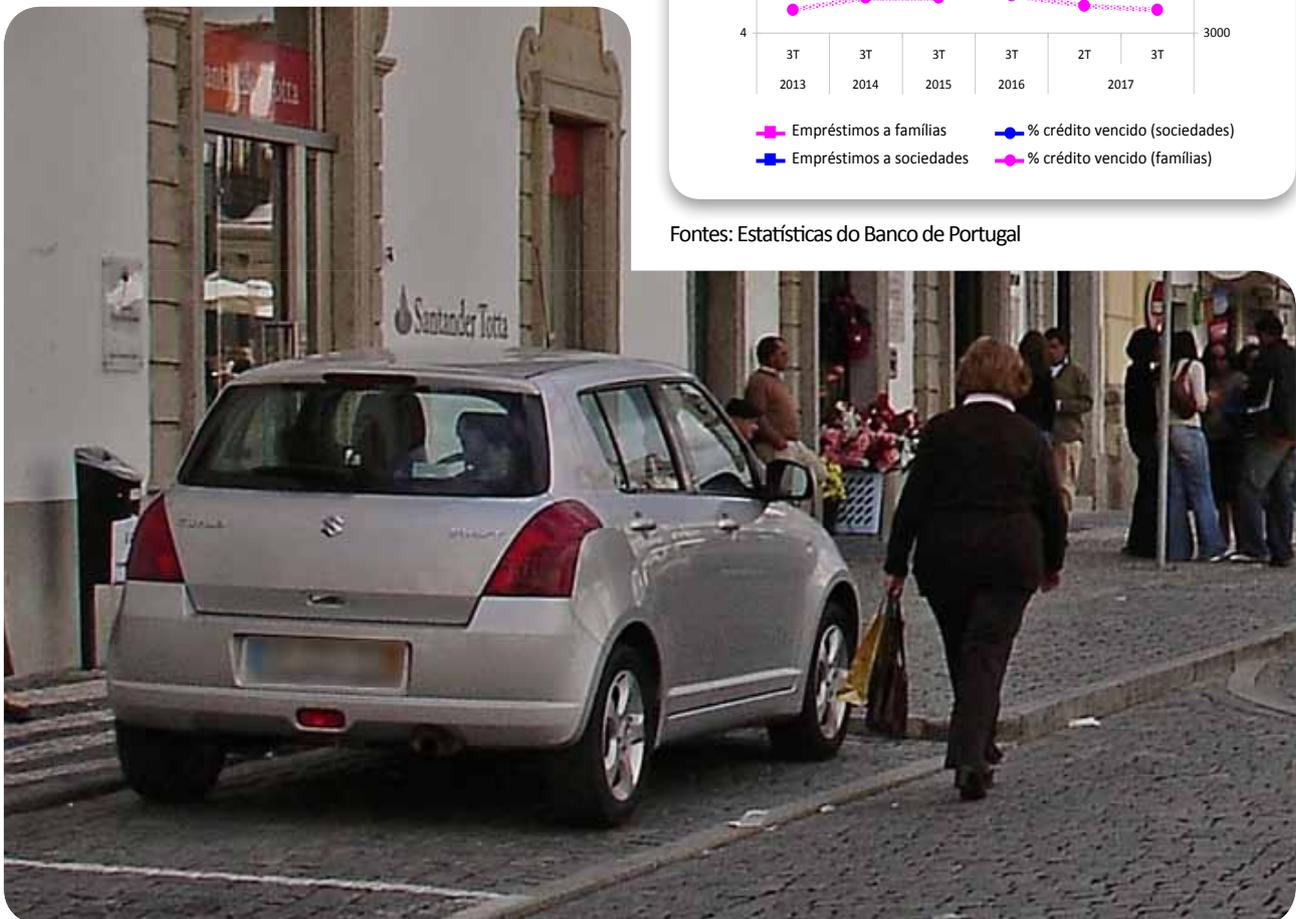
Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Também o rácio de crédito vencido relativamente aos empréstimos às famílias e às empresas diminuiu quer face ao trimestre anterior, quer ao homólogo, sendo a variação anual homóloga muito mais acentuada que a calculada face ao trimestre anterior (variação anual de -12,1% para as famílias e -32% para as empresas). Já o número de devedores relativamente a empréstimos concedidos às famílias aumentou relativamente a ambos os períodos de referência.

## Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades - Alentejo - Evolução de 2013 a 2017



Fontes: Estatísticas do Banco de Portugal



**As Importações/Exportações continuam a assumir uma importância relevante para a região, sendo de salientar que o saldo da balança comercial no Alentejo se mantém positivo**

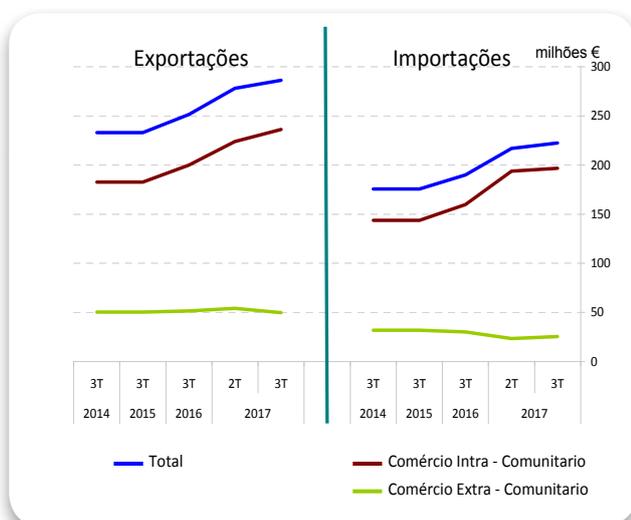
### Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2017 - Exportação / Importação

Indicador	3º Trimestre 2017	2º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
<b>Exportação / Importação</b>						
Exportações de bens (10 <sup>6</sup> €)	286,1	277,9	251,4	13,8	3,0	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	236,3	223,9	199,9	18,2	5,5	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	49,8	54,1	51,5	-3,2	-7,8	INE
Importações de bens (10 <sup>6</sup> €)	222,3	217,0	190,1	17,0	2,4	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	196,8	193,7	159,9	23,0	1,6	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	25,5	23,3	30,1	-15,3	9,5	INE

Fonte: INE - Infoline

Tanto as exportações como as importações revelam variações anuais positivas, estando, no entanto, as importações a revelar um maior acréscimo que as exportações (as exportações crescem 13,8% e as importações 17%). As trocas comerciais no espaço europeu têm um comportamento diferente das extracomunitárias. Enquanto no espaço europeu, se verifica uma tendência crescente (quer nas importações, quer nas exportações), as exportações e as importações extracomunitárias diminuíram face ao período homólogo sendo que as importações cresceram face ao trimestre anterior.

### Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra-Comunitário - Evolução de 2014 a 2017



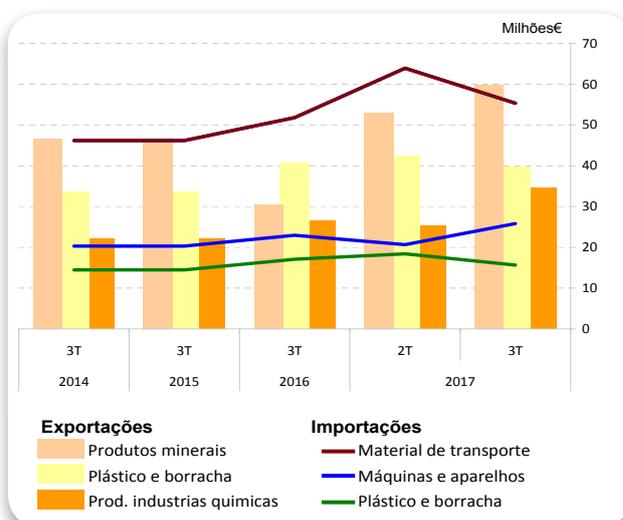
Fontes: INE

Tendo em conta um período temporal mais alargado, confirma-se que o nosso comércio externo é preferencialmente intra-comunitário.

Por outro lado, as tendências dos dois indicadores (importações e exportações) são similares, o que contribui para o equilíbrio da balança comercial na região.

**O material de transporte continua a ser o bem mais importado e os produtos minerais os mais exportados**

### Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2014 a 2017



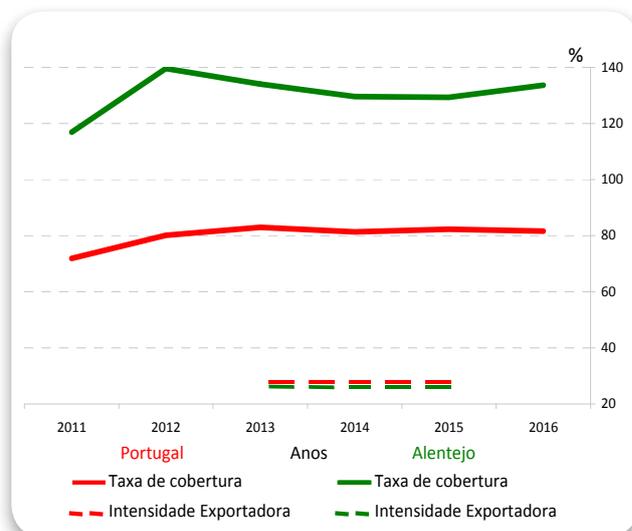
Fontes: INE

O material de transporte continua a ser o bem mais importado, apesar da tendência decrescente desde o início de 2017. No entanto, a importação de máquinas e aparelhos revela uma ligeira tendência ascendente.

Já a importação de plásticos e borracha, ao contrário do trimestre anterior, revelou uma ligeira tendência de decréscimo.

Quanto às exportações, os produtos minerais são os bens mais exportados e revelam uma tendência ascendente, após a quebra verificada no 3º trimestre de 2016. Os plásticos também assumem uma posição relevante, apesar do ligeiro decréscimo verificado este trimestre. Já os produtos de indústrias químicas, apesar de ocuparem o terceiro lugar nos bens mais exportados, revelam uma tendência ascendente.

### Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora\* (%) Portugal e Alentejo - Evolução de 2011 a 2016



\*Intensidade exportadora: Exportações de bens / PIB x 100 - Fontes: INE

A Taxa de cobertura regional, das importações pelas exportações é superior à mesma taxa nacional, se bem que a intensidade exportadora (indicador que mede a relação das exportações com o PIB) do país seja superior à da Região ■



# Tema em destaque

## O Alentejo e a Produção Energética a Partir de Fontes Renováveis

No Alentejo, a energia corresponde a um dos setores mais importantes, nomeadamente por via da relevância estratégica (regional e nacional) do centro eletroprodutor de Sines e da Central Hidroelétrica de Alqueva. A Região dispõe de recursos energéticos com expressiva diversidade e nos anos mais recentes têm sido implementados investimentos para a produção de energias renováveis bastante significativos e diversificados, sendo de destacar o aumento da potência instalada e o desenvolvimento de projetos no domínio da energia solar.

Neste contexto, importa analisar o desempenho do Alentejo no sistema energético nacional, incluindo as componentes da produção, do consumo e do respetivo balanço (saldo) energético. Será abordada com maior detalhe a vertente relacionada com as energias renováveis e em particular a energia fotovoltaica, em termos de produção e de potência instalada.

Partindo dos valores nacionais e procurando mostrar a evolução da Região do Alentejo, utilizaremos nesta abordagem um conjunto de dados da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)<sup>1</sup> em conjugação com a base de dados da e2p<sup>2</sup>, complementados com os dados que esta CCDR possui sobre os processos em licenciamento no primeiro semestre de 2017. A análise inclui também o mapeamento das fontes de produção de energia na Região, por número e potência das várias tipologias.

A nível nacional, a produção de energia (ver quadro 1) é variável ao longo dos anos mais recentes, tendo atingido o seu máximo em 2010, mantendo-se próxima desse valor após 2013, com 6 227 218 tep em 2015. A região do Alentejo ocupa uma posição intermédia na produção energética, em comparação com as outras 4 regiões do Continente, evidenciando um crescimento constante após 2010 e atingindo o seu máximo em 2015 (1 419 294 tep), representando cerca de 23% da produção nacional.

### A PRODUÇÃO NACIONAL DE ENERGIA É VARIÁVEL

### O ALENTEJO OCUPA UMA POSIÇÃO INTERMÉDIA



1. Dados referentes ao Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015. Dados fornecidos em junho de 2017 pela DGEG.
2. Base de dados de fontes renováveis de energia (<http://e2p.inegi.up.pt/>) promovida pela Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) e pelo Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial (INEGI). Recolha de dados de agosto 2017.

## O ALENTEJO REGISTA CRESCIMENTO NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO MIX ENERGÉTICO REGIONAL

Quadro 1 – Produção de energia em Portugal

	Tep						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	1 655 809	2 222 128	1 912 221	1 443 542	1 918 044	2 111 969	1 765 483
Centro	2 286 790	2 346 196	2 417 255	2 223 434	2 198 028	2 180 787	2 301 318
Lisboa	717 117	776 516	818 366	781 701	766 485	675 789	681 341
<b>Alentejo</b>	<b>1 160 904</b>	<b>1 001 452</b>	<b>1 154 720</b>	<b>1 240 597</b>	<b>1 270 441</b>	<b>1 324 662</b>	<b>1 419 294</b>
Algarve	21 318	34 249	38 932	39 975	53 265	58 811	59 783
Continente	5 841 938	6 380 541	6 341 494	5 729 249	6 206 263	6 352 018	6 227 219
<b>% Alentejo</b>	<b>19,90</b>	<b>15,70</b>	<b>18,20</b>	<b>21,70</b>	<b>20,50</b>	<b>20,90</b>	<b>22,80</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

Quadro 2 – Produção energética através de fontes renováveis e não renováveis em Portugal

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Renovável</b>	Tep	1 846 693	2 737 214	2 431 139	2 010 235	2 887 710	3 060 666	2 491 289
	%	32	43	38	35	46	49	40
<b>Não renovável</b>	Tep	3 995 244	3 646 328	3 905 354	3 719 015	3 318 552	3 197 071	3 735 929
	%	68	57	62	65	54	51	60
<b>TOTAL</b>	<b>Tep</b>	<b>5 841 937</b>	<b>6 383 542</b>	<b>6 336 493</b>	<b>5 729 250</b>	<b>6 206 262</b>	<b>6 257 737</b>	<b>6 227 218</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

Quadro 3 – Produção energética através de fontes renováveis e não renováveis no Alentejo

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Renovável</b>	Tep	91 581	158 724	157 133	113 616	200 863	201 543	177 197
	%	8	16	14	9	16	15	12
<b>Não renovável</b>	Tep	1 069 324	842 729	997 587	1 126 981	1 069 578	1 123 119	1 242 097
	%	92	84	86	91	84	85	88
<b>TOTAL</b>	<b>Tep</b>	<b>1 160 905</b>	<b>1 001 453</b>	<b>1 154 720</b>	<b>1 240 597</b>	<b>1 270 441</b>	<b>1 324 662</b>	<b>1 419 294</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

A dependência nacional de produção energética através de fontes não renováveis de energia é elevada em Portugal (ver quadro 2), atingindo valores percentuais próximos ou superiores a 60% da produção. A produção energética por fontes renováveis atingiu a sua percentagem máxima em 2014 (49%) cifrando-se em 2015 em 40% para a produção através de fontes renováveis e 60% para a produção por fontes não renováveis.

No Alentejo a produção de energia por fontes não renováveis é superior à média nacional (ver quadro 3).

Embora com valores ainda pouco significativos e abaixo da média nacional, o Alentejo tem registado uma evolução positiva no contributo das energias renováveis para o mix de produção energética regional, entre 2009 e 2015 (ver quadro 4).

**Quadro 4 – Produção energética - Alentejo vs Portugal**

	%						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Renovável</b>	5,0	5,8	6,5	5,7	7,0	6,6	7,1
<b>Não renovável</b>	26,8	23,1	25,5	30,3	32,3	35,1	33,2
<b>TOTAL</b>	<b>19,9</b>	<b>15,7</b>	<b>18,2</b>	<b>21,7</b>	<b>20,5</b>	<b>21,2</b>	<b>22,8</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

O Alentejo foi responsável por 7% da produção de energia renovável nacional e entre 2009 e 2015 a Região quase duplicou a energia produzida com origem em fontes renováveis (ver quadro 5).

**Quadro 5 – Variação na produção de energia entre 2009 e 2015**

	%	
	Alentejo	Portugal
<b>Renovável</b>	93,5	34,9
<b>Não renovável</b>	16,2	-6,5
<b>TOTAL</b>	<b>22,3</b>	<b>6,6</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

Relativamente ao consumo nacional (ver quadro 6) o valor apresenta alguma retoma no último ano (20 647 014 tep em 2015), mas ainda inferior a 2009 (máximo ao longo do período, 21 300 401 tep).

No contexto das regiões do Continente, o consumo de energia no Alentejo evoluiu para uma posição relativa intermédia a partir de 2013 tendo atingido o seu máximo em 2015 (5 120 114 tep) e representando cerca de 25% do consumo nacional. Salienta-se que o consumo energético da região está muito dependente de Sines devido à contabilização regional da matéria-prima utilizada na Central Termoelétrica.



Quadro 6 – Consumo de energia em Portugal

	Tep						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	5 699 058	5 797 988	5 540 271	5 150 845	5 510 106	5 132 342	5 344 928
Centro	6 291 928	6 038 309	5 937 236	5 735 366	5 393 522	5 428 219	5 855 533
Lisboa	4 403 789	4 463 471	4 379 623	4 132 086	3 855 677	3 763 772	3 733 225
<b>Alentejo</b>	<b>4 206 736</b>	<b>4 025 334</b>	<b>4 041 351</b>	<b>3 864 100</b>	<b>5 001 850</b>	<b>4 720 505</b>	<b>5 120 114</b>
Algarve	698 890	679 515	600 218	551 673	542 736	565 797	593 214
Continente	21 300 401	21 004 617	20 498 699	19 434 070	20 303 891	19 610 635	20 647 014
<b>% Alentejo</b>	<b>19,7</b>	<b>19,2</b>	<b>19,7</b>	<b>19,9</b>	<b>24,6</b>	<b>24,1</b>	<b>24,8</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

O saldo energético relaciona a produção de energia e o seu consumo e mostra, com as devidas cautelas, a autossuficiência energética do país ou da região, os recursos e as tecnologias existentes e o vigor e sustentabilidade da sua economia. O saldo energético nacional (ver quadro 7) é deficitário e oscilante ao longo do período 2009-2015. Genericamente, a relação entre a produção nacional e o consumo é aproximadamente de 1 para 3, comprovando a necessidade de aumentar a produção e reduzir desse modo o saldo energético.

Quadro 7 – Saldo energético

	Tep						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	-4 043 249	-3 575 860	-3 628 050	-3 707 303	-3 592 062	-3 020 373	-3 579 445
Centro	-4 005 138	-3 692 113	-3 519 981	-3 511 932	-3 195 494	-3 247 432	-3 554 215
Lisboa	-3 686 672	-3 686 955	-3 561 257	-3 350 385	-3 089 192	-3 087 983	-3 051 884
<b>Alentejo</b>	<b>-3 045 832</b>	<b>-3 023 882</b>	<b>-2 886 631</b>	<b>-2 623 503</b>	<b>-3 731 409</b>	<b>-3 395 843</b>	<b>-3 700 820</b>
Algarve	- 677 572	- 645 266	- 561 286	- 511 698	- 489 471	- 506 986	- 533 431
Continente	-15 458 463	-14 624 076	-14 157 205	-13 704 821	-14 097 628	-13 258 617	-14 419 795
<b>% Alentejo</b>	<b>19,7</b>	<b>20,7</b>	<b>20,4</b>	<b>19,1</b>	<b>26,5</b>	<b>25,6</b>	<b>25,7</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

O saldo energético do Alentejo (ver quadro 7) é superior aos das outras Regiões do Continente e futuros desempenhos mais favoráveis poderão ser obtidos através da redução dos consumos e do aumento da produção, que se pretende que venha a ser conseguida através do incremento das energias renováveis a partir de recursos regionais (sol, água, vento) e substituindo progressivamente a produção de energia por fontes não renováveis (carvão, gás e petróleo).



Numa análise específica da produção nacional de energia elétrica (ver quadro 8) verifica-se que esta tem variado ao longo do período de análise e apresentando os valores mais elevados em 2010 (4 492 507 tep), 2014 (4 395 170 tep) e 2015 (4 361 551 tep). Já o Alentejo vem a aumentar a sua produção desde 2010, com uma ligeira quebra em 2014, atingindo o seu máximo em 2015 (1 129 080 tep).

**Quadro 8 – Produção de energia elétrica**

	Tep						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	1 407 660	1 975 076	1 628 249	1 178 057	1 624 943	1 734 603	1 452 071
Centro	1 573 356	1 550 673	1 575 339	1 408 777	1 350 982	1 364 988	1 505 190
Lisboa	193 811	220 734	22 875	2 256	235 133	211 301	215 815
<b>Alentejo</b>	<b>962 802</b>	<b>711 776</b>	<b>888 994</b>	<b>1 006 865</b>	<b>1 034 601</b>	<b>1 025 908</b>	<b>1 129 080</b>
Algarve	21 318	34 249	33 932	39 975	53 013	58 369	59 395
<b>Continente</b>	<b>4 158 947</b>	<b>4 492 507</b>	<b>4 355 264</b>	<b>3 859 273</b>	<b>4 298 673</b>	<b>4 395 170</b>	<b>4 361 551</b>
% Alentejo	23,2	15,8	20,4	26,1	24,1	23,3	25,9

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

A nível nacional a produção de energia elétrica tem progressivamente vindo a ser obtida através de fontes renováveis (ver quadro 9), com máximo histórico em 2014 e apresentando em 2015 cerca de 50% de quota de produção.

**Quadro 9 – Produção de energia elétrica através de fontes renováveis e não renováveis em Portugal**

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Renovável</b>	Tep	1 620 151	2 452 410	2 102 310	1 735 576	2 611 750	2 758 129	2 169 095
	%	39	55	48	45	61	63	50
<b>Não renovável</b>	Tep	2 538 796	2 040 098	2 252 954	2 123 698	1 686 922	1 637 041	2 192 456
	%	61	45	52	55	39	37	50
<b>TOTAL</b>	<b>Tep</b>	<b>4 158 947</b>	<b>4 492 507</b>	<b>4 355 264</b>	<b>3 859 273</b>	<b>4 298 673</b>	<b>4 395 170</b>	<b>4 361 551</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

**Quadro 10 – Produção de energia elétrica através de fontes renováveis e não renováveis no Alentejo**

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Renovável</b>	Tep	91 581	158 724	157 132	113 616	195 043	191 606	161 954
	%	10	22	18	11	19	19	14
<b>Não renovável</b>	Tep	871 221	553 052	731 862	893 249	839 558	834 303	967 126
	%	90	78	82	89	81	81	86
<b>TOTAL</b>	<b>Tep</b>	<b>962 802</b>	<b>711 776</b>	<b>888 994</b>	<b>1 006 865</b>	<b>1 034 601</b>	<b>1 025 909</b>	<b>1 129 080</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

## 50% DE QUOTA NACIONAL PARA AS RENOVÁVEIS EM 2014

Quadro 11 – Energia elétrica – Alentejo vs Portugal

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Renovável</b>	6	6	7	7	7	7	7
<b>Não renovável</b>	34	27	32	42	50	51	44
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>26</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017

Quadro 11 – Energia elétrica – Alentejo vs Portugal

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Renovável</b>	6	6	7	7	7	7	7
<b>Não renovável</b>	34	27	32	42	50	51	44
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>26</b>

Fonte: DGEG Saldo Energético por NUTSII do Continente entre 2009 e 2015, junho 2017



## OS RECURSOS HÍDRICOS E SOLARES SÃO ESTRATÉGICOS PARA A REGIÃO ALENTEJO

Focando a análise nos equipamentos e na potência instalada para produção de energia através de fontes renováveis, observa-se uma evolução positiva do Alentejo ao nível das várias tipologias, tirando partido do território, das potencialidades endógenas e da extensão da Rede Elétrica Nacional (REN) em desenvolvimento, assumindo-se este setor como um pilar do desenvolvimento da Região.

Os recursos hídricos e solar constituem os grandes recursos regionais em termos de fontes renováveis de produção de energia e a potência instalada eólica e o uso de biogás são relativamente menores na região Alentejo (ver quadro 12).

Quadro 12 – Potência atual instalada por tipologia no Alentejo até 2017

NUTSIII	Biogás		Eólica		Fotovoltaica		Grande Hídrica		Pequena Hídrica	
	Nº	Pot	Nº	Pot	Nº	Pot	Nº	Pot	Nº	Pot
Alentejo Central	0	0,00	0	0,00	11	40,91	0	0,00	1	1,40
Alentejo Litoral	1	0,47	3	18,70	0	0,00	0	0,00	3	4,40
Alto Alentejo	1	1,05	2	24,20	0	0,00	2	212,70	6	14,50
Baixo Alentejo	0	0,00	2	74,40	14	105,23	2	511,20	6	19,90
Lezíria do Tejo	2	2,12	0	0,00	5	16,00	0	0,00	0	0,00
<b>Total Alentejo</b>	<b>4</b>	<b>3,64</b>	<b>7</b>	<b>117,30</b>	<b>30</b>	<b>162,14</b>	<b>4</b>	<b>723,90</b>	<b>16</b>	<b>40,20</b>

Fonte: e2p (Dados de agosto 2017) e CCDR Alentejo (Alnca 23 a 26 e 28 a 32, 1ºS 2017); Pot – Potência em MW

## OS RECURSOS HÍDRICOS E SOLARES SÃO ESTRATÉGICOS PARA A REGIÃO ALENTEJO

Em termos territoriais, a produção de energia solar surge maioritariamente no Baixo Alentejo com mais horas de sol e território disponível para grandes extensões de painéis fotovoltaicos e a produção hídrica encontra-se ligada aos aproveitamentos das bacias hidrológicas do Tejo e do Guadiana, em particular do Alqueva.

Com base nos dados agregados da e2p e da CCDR Alentejo (ver quadro 12) é possível identificar no Alentejo a potência instalada nas Centrais Hídricas (20 unidades com potência de 723,90 (GH) e 40,20 (PH), totalizando 764,10 MW) localizadas em Alqueva e no Tejo e o peso das Centrais Fotovoltaicas (30 unidades com potência total de 162,14 MW) e das centrais Eólicas (7 unidades com potência total de 117,30 MW).

Um dos aspetos a assinalar é que os investimentos que estão em licenciamento para o ano de 2017 incrementam a potência instalada de produção de energia fotovoltaica (ver quadro 13), sendo expectável que o aumento de número de centrais ao longo do 2º Semestre de 2017 aumente ainda a produção de energia por fonte solar, podendo mesmo ultrapassar o potencial instalado hídrico. No quadro evolutivo da potência instalada por tipologia no Alentejo (quadro 14) é possível confirmar que com a implementação dos projetos em apreciação o valor da potência instalada na região será ampliado para mais do triplo (de 162,14 MW para 680,98 MW), denotando um crescimento de 28 pontos percentuais em relação aos valores existentes antes das novas centrais. Deste modo atinge-se na região uma aproximação entre as potências instaladas nas centrais de produção fotovoltaica e da hídrica (43,48% e 48,80% respetivamente).

Quadro 13 – Potência atual instalada e futura por tipologia no Alentejo

NUTSIII	Biogás		Eólica		Fotovoltaica		Grande Hídrica		Pequena Hídrica	
	Nº	Pot	Nº	Pot	Nº	Pot	Nº	Pot	Nº	Pot
Alentejo Central	0	0,00	0	0,00	13	80,83	0	0,00	1	1,40
Alentejo Litoral	1	0,47	3	18,70	1	19,95	0	0,00	3	4,40
Alto Alentejo	1	1,05	2	24,20	1	36,00	2	212,70	6	14,50
Baixo Alentejo	0	0,00	2	74,40	20	528,19	2	511,20	6	19,90
Lezíria do Tejo	2	2,12	0	0,00	5	16,00	0	0,00	0	0,00
<b>Total Alentejo</b>	<b>4</b>	<b>3,64</b>	<b>7</b>	<b>117,30</b>	<b>40</b>	<b>680,98</b>	<b>4</b>	<b>723,90</b>	<b>16</b>	<b>40,20</b>

Fonte: e2p (Dados de agosto 2017) e CCDR Alentejo (Alnca 23 a 26 e 28 a 32, 1ºS 2017); Pot – Potência em MW

Quadro 14 - Evolução da potência instalada por tipologia no Alentejo

Fonte de produção de energia	Potência Atual	%	Potência atual e Futura	Pot
				%
Biogás Total	3,64	0,35	3,64	0,23
Eólica Total	117,30	11,20	117,30	7,49
Fotovoltaico Total	162,14	15,48	680,98	43,48
PCH Total	40,20	3,84	40,20	2,57
Grande Hídrica Total	723,90	69,13	723,90	46,23
<b>Total Geral</b>	<b>1 047,18</b>		<b>1 566,02</b>	

Fonte: e2p (agosto 2017) e CCDR Alentejo (Alnca 23 a 26 e 28 a 32, 1ºS 2017); Pot – Potência em MW

## NO FUTURO A POTENCIA INSTALADA NO ALENTEJO AUMENTA 3X

Através de uma análise mais fina (ver quadro 15 e mapeamento das fontes de produção de energia) confirma-se uma densidade mais elevada de potência instalada junto a Alqueva, em grande medida devido à produção da grande hídrica associada à barragem.

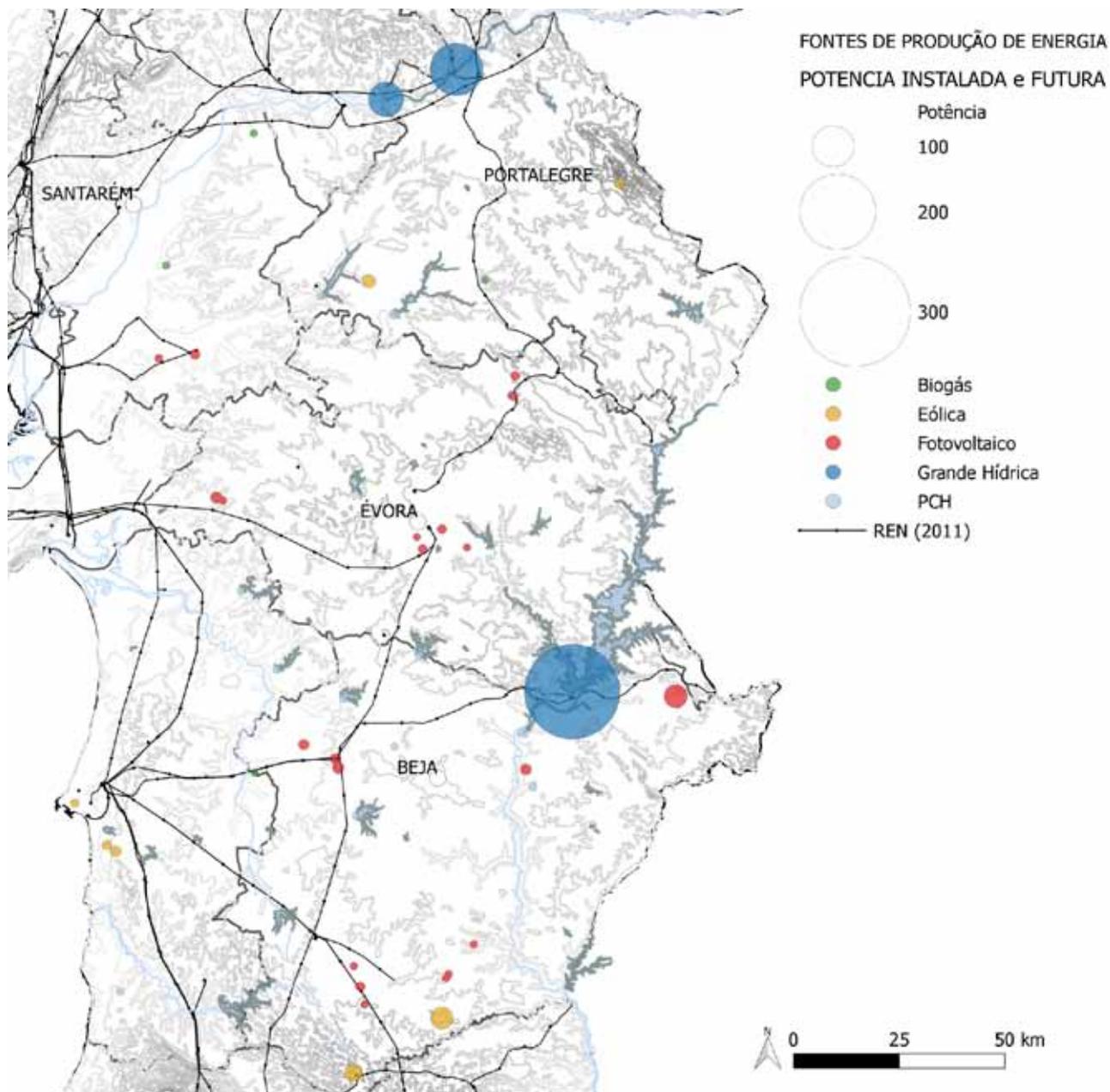
Os 10 investimentos propostos no primeiro semestre de 2017 apostam exclusivamente na produção de energia fotovoltaica, correspondendo a um crescimento de quase 50% da potência instalada e são maioritariamente desenvolvidos no Baixo Alentejo. Destes projetos de investimento, destaca-se o aumento da potência instalada (fotovoltaica), nomeadamente através da implementação de uma nova central em Ourique (com cerca de 300 MW de potência prevista).

**Quadro 15 - Quadro resumo das fontes (centrais) de produção de energia elétrica**

NUTSIII	Tipologia	Situação	Nº	Potência
Alentejo Central	Fotovoltaico	Em construção	2	2,06
		Em funcionamento	9	38,85
		Em Licenciamento	2	39,92
	Pequena Hídrica	Em funcionamento	1	1,40
Alentejo Litoral	Biogás	Em funcionamento	1	0,47
	Eólica	Em funcionamento	3	18,70
	Fotovoltaico	Em Licenciamento	1	19,96
	Pequena Hídrica	Em funcionamento	3	4,40
Alto Alentejo	Biogás	Em funcionamento	1	1,05
	Eólica	Em funcionamento	2	24,20
	Fotovoltaico	Em Licenciamento	1	36,00
	Grande Hídrica	Em funcionamento	2	212,70
	Pequena Hídrica	Em funcionamento	6	14,50
Baixo Alentejo	Eólica	Em funcionamento	2	74,40
	Fotovoltaico	Em funcionamento	14	105,23
		Em Licenciamento	6	422,96
	Grande Hídrica	Em funcionamento	2	511,20
Lezíria do Tejo	Pequena Hídrica	Em funcionamento	6	19,90
	Biogás	Em funcionamento	2	2,12
Total	Fotovoltaico	Em funcionamento	5	16,00
		Em construção	2	2,06
Total	Total	Em funcionamento	59	1 045,12
		Em Licenciamento	10	518,84
		<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>1 566,02</b>

Fonte: e2p (agosto 2017) e CCDR Alentejo (Alnca 23 a 26 e 28 a 32, 1ºS 2017); Unidade: Pot – Potência em MW

## MAPEAMENTO DAS FONTES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA E DA POTÊNCIA INSTALADA NO ALENTEJO ATÉ 2017



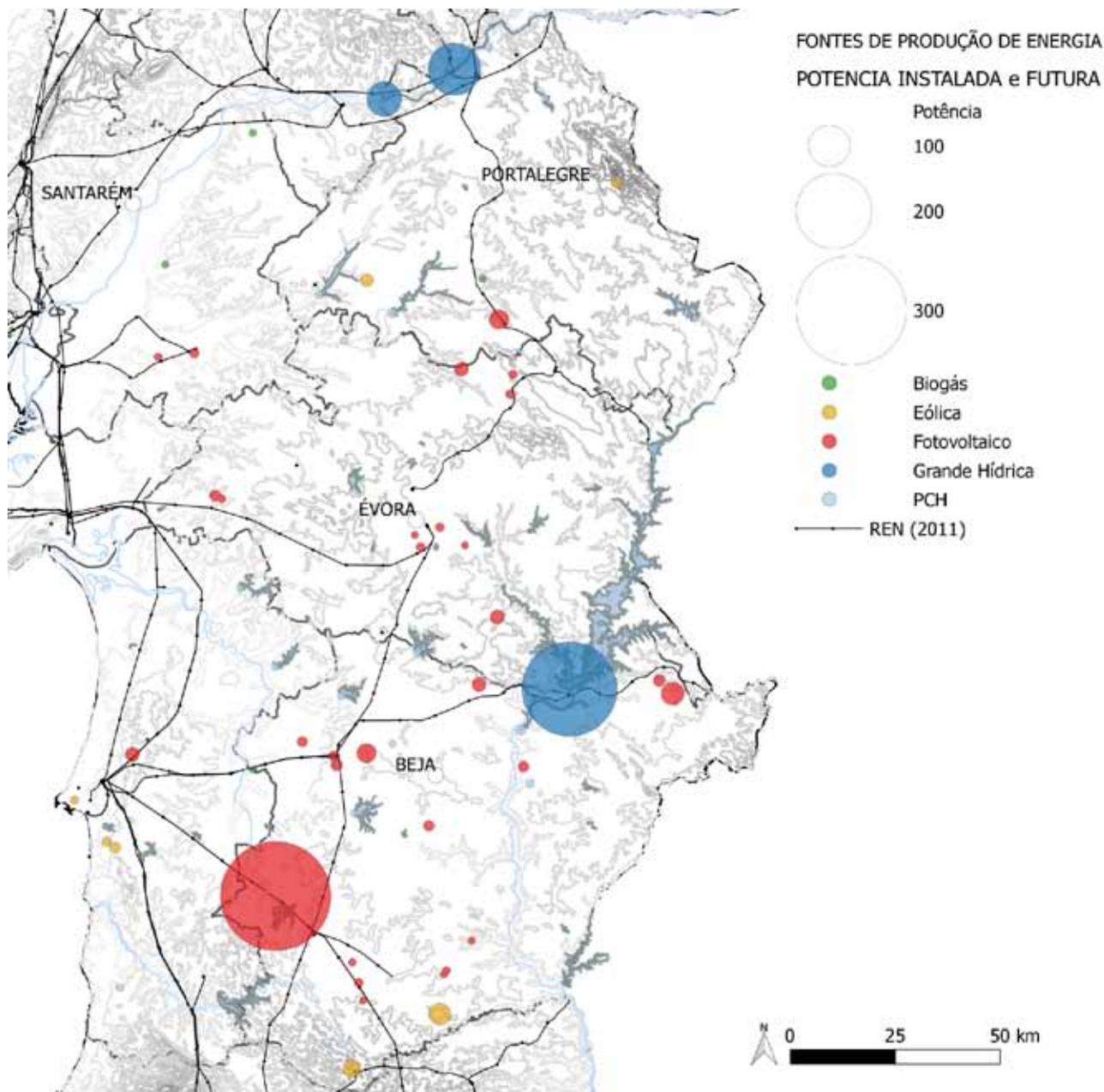
### Conclusões

AS ENERGIAS RENOVÁVEIS ESPELHAM AS DINÂMICAS TERRITORIAIS E EVIDENCIAM A ESPECIFICIDADE DO SUL DO PAÍS E EM PARTICULAR DO ALENTEJO PARA A LOCALIZAÇÃO DAS CENTRAIS FOTOVOLTAICAS, DEVIDO AO POTENCIAL SOLAR DA REGIÃO.

TAMBÉM AO NÍVEL DAS CENTRAIS HÍDRICAS (GRANDES E PEQUENAS CENTRAIS) HÁ OPORTUNIDADES QUE ADVÊM DO APROVEITAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA NACIONAIS E INTERNACIONAIS QUE ATRAVESSAM A REGIÃO ALENTEJO.

NO ALENTEJO O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ESTÁ EM LINHA COM OS OBJETIVOS DEFINIDOS NOS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS ORIENTADORES DA REGIÃO E EM ESTREITA ARTICULAÇÃO COM O OBJETIVO ESTRATÉGICO NACIONAL DE REDUÇÃO DA DEPENDÊNCIA EXTERNA E

## MAPEAMENTO DAS FONTES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA E DA POTÊNCIA INSTALADA NO ALENTEJO A PARTIR DE 2018



DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ATRAVÉS DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA.

ESTA DINÂMICA ASSUME A VANTAGEM COMPETITIVA DO ALENTEJO NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LIMPA, DEVIDO ÀS CONDIÇÕES MUITO FAVORÁVEIS: ELEVADO NÚMERO DE HORAS DE EXPOSIÇÃO AO SOL E UM TERRITÓRIO POUCO URBANIZADO E DE RELEVO SIGNIFICATIVAMENTE PLANO ■

# Tema em destaque

## Presença na Internet das Câmaras Municipais do Alentejo, 2016

A análise dos sites das Câmaras Municipais do Alentejo que se apresenta tem como fonte o documento *Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas em 2016 - Estudo sobre Local e-Government*, realizado pelo Gávea - Observatório da Sociedade da Informação, Universidade do Minho.

Numa síntese metodológica, o estudo resultou de recolha de informação, através da observação direta dos sítios Web e da resposta a emails, enviados aos serviços municipais das Câmaras, respetivos Presidente, Vice-Presidente e primeiro Vereador da oposição. Os resultados das observações e respostas foram valorados numa escala de 0 a 1 (o valor 1 corresponde à presença perfeita na WEB) e posteriormente ponderados de modo a produzir um indicador final que permite a hierarquização dos sites das diferentes Câmaras Municipais, em função dos resultados obtidos.

O modelo assenta na avaliação das funcionalidades existentes com base em **4 critérios**:

- (i) Critério 1** - “Conteúdos: Tipo e Atualização” - existência de conteúdos importantes e sua atualidade;
- (ii) Critério 2** - “Acessibilidade, Navegabilidade e Facilidade de Utilização” - qualidade da utilização dos sítios;
- (iii) Critério 3** – “Serviços Online” – serviços disponíveis ao cidadão;
- (iv) Critério 4** - “Participação” - mecanismos de participação disponíveis ao cidadão.

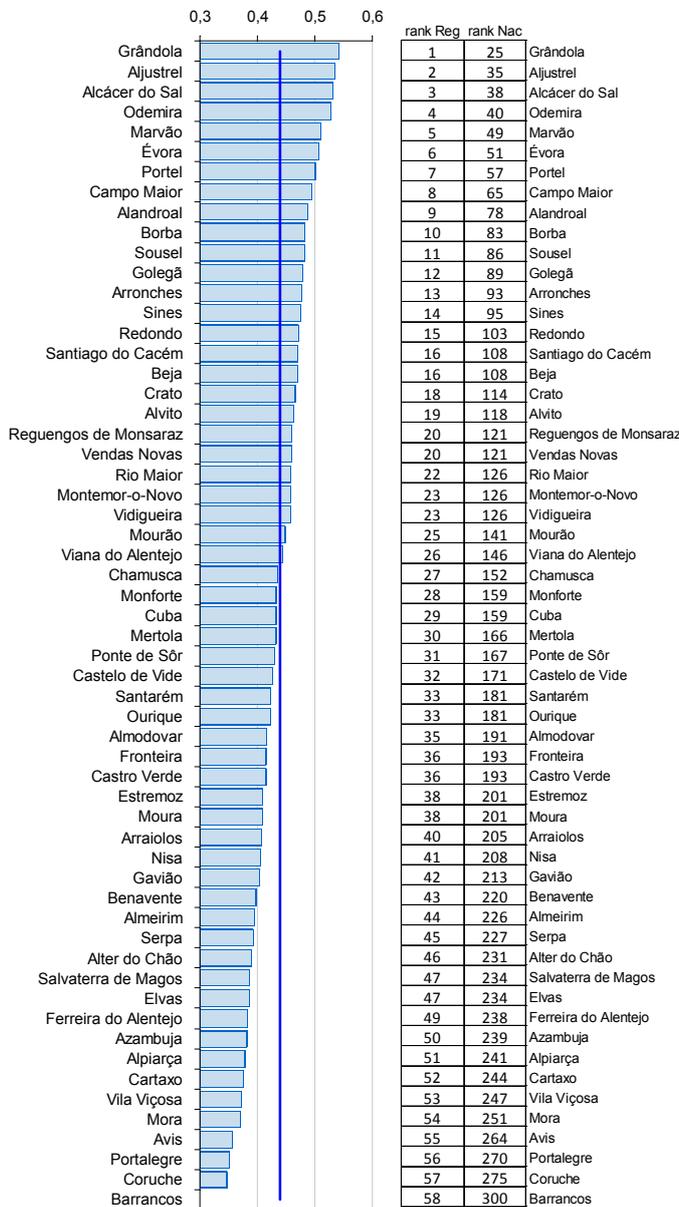
Resumidamente, os aspetos em avaliação em cada site são os seguintes:

- O critério sobre conteúdos avalia, entre outros, a existência de informação relativa à câmara, sua missão, constituição, horários de serviço e contactos, bem como outra sobre as especificidades do concelho, sua história, cultura e economia. Aprecia também os conteúdos publicados acerca da gestão autárquica e possibilidade de consulta de planos, regulamentos, taxas e tarifários aplicados.
- O critério que avalia das condições de navegação dos sites aprecia a sua acessibilidade através dos visualizadores de INTERNET mais comuns, motores de buscas mais utilizados, facilidade de acesso a partir de canais móveis. Identifica a existência de mapa do site e de ligações a serviços municipais e a outras entidades oficiais. Verifica ainda o grau de modernidade do site, existência de conteúdos multimédia, sofisticação tecnológica, bem como a disponibilização do site em línguas estrangeiras.
- A avaliação dos serviços online que comporta o terceiro critério, averigua da possibilidade do cidadão descarregar, preencher e entregar documentos, consultar processos ou fazer pagamentos através do site, no que se refere a serviços como, e entre outros, ocupação do espaço público, licenciamento de pequenas obras, requerimento de plantas do PDM. Mede ainda o tempo e a qualidade das respostas dos serviços da câmara, do presidente da câmara, do vice-presidente e do primeiro vereador da oposição a mensagens de correio eletrónico enviadas por um cidadão.
- O critério da participação apura a existência de canal de comunicação direto com o Presidente, os eleitos e os serviços da Autarquia, a presença de espaços de discussão, de opinião e de participação de ocorrências, a possibilidade de envolvimento do cidadão na revisão do PDM e no orçamento participativo e a presença em redes sociais, entre outros.

Posteriormente foi calculado para cada site municipal o Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais (IPIC), através da média dos valores atingidos nos quatro anteriores critérios.

Focando a análise nos concelhos e nas sub-regiões do Alentejo, foram hierarquizados os valores obtidos nos diferentes critérios, bem como no IPIC e comparados com a média nacional.

## IPIC - Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais 2016



Em termos gerais o IPIC – Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais mostra que a eficácia máxima dos sites está ainda longe de ser atingida, como revela a média nacional de 0,4.

No Alentejo, com valor de IPIC superior à média nacional (sites com qualidade acima da média do país), encontram-se 27 concelhos, sendo os melhores, por ordem decrescente, os pertencentes às Câmaras de Grândola, de Aljustrel, de Alcácer do Sal, de Odemira, de Marvão, de Évora e de Portel.

O melhor site regional é o da Câmara Municipal de **Grândola**, que apresenta índices acima da média do país em todos os critérios avaliados.

Com melhores resultados que a média do país nos três critérios **tipo e atualização do site**, sua **navegabilidade** e nos **serviços ao cidadão** encontram-se sete concelhos: Crato, Sousel, Alandroal, Grândola, Santiago do Cacém, Alvito e Vidigueira.

Apresentam também com bons resultados ao nível do tipo e atualização do site, nos serviços ao cidadão e na participação, embora com uma navegabilidade com qualidade abaixo da média nacional, os concelhos de Borba, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Alcácer do Sal.

São também quatro os concelhos como Évora, Odemira, Aljustrel e Golegã que apenas não apresentam resultados superiores à média de Portugal nos serviços ao cidadão.

Numa visão global, o Alentejo Litoral surge como a subregião que apresenta a melhor qualidade nos sites municipais, com o melhor site regional – Grândola e três concelhos com avaliação acima da média em quatro critérios – Alcácer, Odemira e Santiago do Cacém. O site da Câmara de Sines com a avaliação mais baixa, apresenta no entanto 3 critérios acima da média. Todos os sites do Alentejo Litoral apresentam IPIC superior ao da média de Portugal.

No Baixo Alentejo apenas 3 concelhos apresentam 4 critérios acima da média do país: Aljustrel, Alvito e Vidigueira, ficando o primeira aquém da média nacional nos serviços ao cidadão e Alvito e Vidigueira na participação. Os restantes concelhos mostram sites com uma eficácia menor, destacando-se no entanto Beja, pela qualidade da navegação no site, pelos serviços ao cidadão e indicador geral.

A Lezíria do Tejo apresenta-se em termos gerais como a subregião com menor eficácia nos sites dos seus Municípios. Apenas o concelho da Golegã apresenta 4 critérios melhores que o país e Rio Maior com qualidade superior ao país no tipo e atualização do site, sua navegabilidade e no IPIC. De referir, no entanto, que nesta subregião 5 dos seus 11 concelhos apresentam qualidade melhor que no país nos serviços ao cidadão.

Critérios	Nº de ocorrências acima da média																													
	4	5	4	4	3	4	2	4	1	3	2	2	1	2	1	2	1	4	1	0	1	1	1	1	0	4	3	2	2	
Critério 1	●	●	●	●	●	●	●	●			●	●	●	●	●		●	●				●				●	●		●	
Critério 2		●	●	●	●	●	●	●		●	●	●				●		●				●					●	●	●	
Critério 3	●	●		●				●	●	●								●	●		●			●				●	●	
Critério 4	●	●	●			●							●		●												●	●		
IPIC 2016	●	●	●	●	●	●		●		●								●								●	●			
	Alcácer do Sal	Grândola	Odemira	Santiago do Cacém	Sines	Aljustrel	Almodovar	Alvito	Barrancos	Beja	Castro Verde	Cuba	Ferreira do Alentejo	Mértola	Moura	Ourique	Serpa	Vidigueira	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém	

No Alentejo Central são cinco os concelhos com 4 critérios acima da média: Alandroal, Borba, Évora, Portel e Redondo. Esta subregião congrega também o mais elevado número de concelhos com o critério 3 – Serviços online avaliado acima da média, num total de 9 concelhos. Contam-se também 10 concelhos com IPIC superior ao registado na média nacional.

Os concelhos do Crato, Marvão e Sousel são os concelhos com os melhores sites do Alto Alentejo, revelado pelos 4 critérios com valores acima da média nacional. O critério da acessibilidade é o que encontra melhores resulta nesta subregião. No Alto Alentejo são 5, num total de 15, os concelhos que apresentam IPIC com valor superior à média do país.

Critérios	Nº de ocorrências acima da média																												
	2	3	2	3	2	4	1	2	2	4	1	1	2	0	4	4	1	4	3	4	3	1	3	4	4	2	3	2	1
Critério 1			●			●		●	●				●		●	●		●	●	●			●	●	●		●		●
Critério 2	●	●	●	●	●	●	●		●	●	●				●	●	●			●	●	●							
Critério 3	●				●	●		●		●					●	●		●	●					●	●		●		
Critério 4		●		●						●		●	●					●	●	●	●		●	●	●	●	●	●	●
IPIC 2016		●		●		●				●					●	●		●		●	●	●				●	●	●	●
	Alter do Chão	Arronches	Avis	Campo Maior	Castelo de Vide	Crato	Elvas	Fronteira	Gavião	Marvão	Monforte	Nisa	Ponte de Sôr	Portalegre	Sousel	Alandroal	Arraiolos	Borba	Estremoz	Évora	Montemor-o-Novo	Mora	Mourão	Portel	Redondo	Reguengos de Monsaraz	Vendas Novas	Viana do Alentejo	Vila Viçosa

As médias nacionais atingidas, consideravelmente baixas nos critérios 3 ao 4, revelam a qualidade dos sites das câmaras no que se refere à avaliação dos serviços online e da participação e que influenciam o resultado final de avaliação dos sites. Apesar disso, 26 sites municipais de um total 58 no Alentejo apresentam qualidade superior à média nacional. Podem também contar-se 3 concelhos em que nenhum dos critérios apresenta valores acima do valor médio do país.

Apenas em Grândola são atingidas médias acima do valor nacional em todos os critérios apreciados, ainda que tal apenas signifique, como já explicitado, que é o melhor entre todos os sites municipais do Alentejo ■

# Tema em destaque

## Esperança de Vida no Contexto Regional do Alentejo

*A esperança de vida é uma medida de mortalidade, indicador que decorre da incidência do acontecimento morte.*

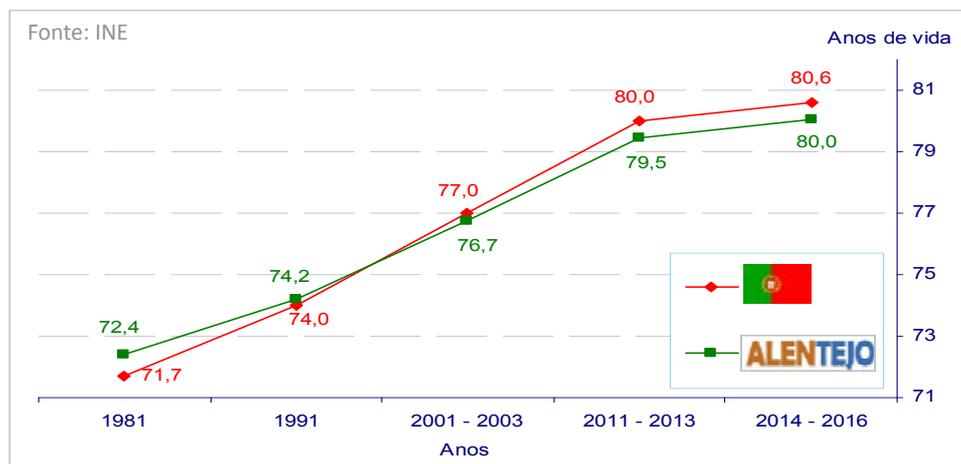
Pode dizer-se que representa o número total de anos que as pessoas, em média, esperam viver no momento do seu nascimento, com base no pressuposto que uma determinada geração terá, em cada idade, a mortalidade registada no momento da sua observação.

A esperança de vida, no último século, tem beneficiado com o decréscimo contínuo dos níveis da mortalidade que se têm reflectido no aumento crescente do número de anos de vida que é expectável as pessoas viverem no momento do seu nascimento, nas sucessivas gerações. Esta evolução está intimamente relacionada com os benefícios generalizados no nível de vida das populações, mercê dos aumentos verificados nos níveis de bem-estar económico e social, associados a factores ligados aos melhores conhecimentos sobre prevenção, diagnóstico e cura de certas doenças, à melhoria das condições gerais de saúde e à rapidez e facilidade das comunicações.

*Neste século a esperança de vida à nascença no Alentejo passou a ser inferior à média nacional*

O aumento da esperança de vida verificou-se tanto ao nível nacional como no Alentejo. No entanto, quando recuamos no tempo podemos verificar que a Região do Alentejo, nos anos oitenta do século passado, possuía um situação melhor que a média nacional. Contudo, a partir do início deste século a esperança de vida à nascença no Alentejo passou a ser inferior à média nacional, situação que se tem mantido até à actualidade (80 vs. 80,6 anos).

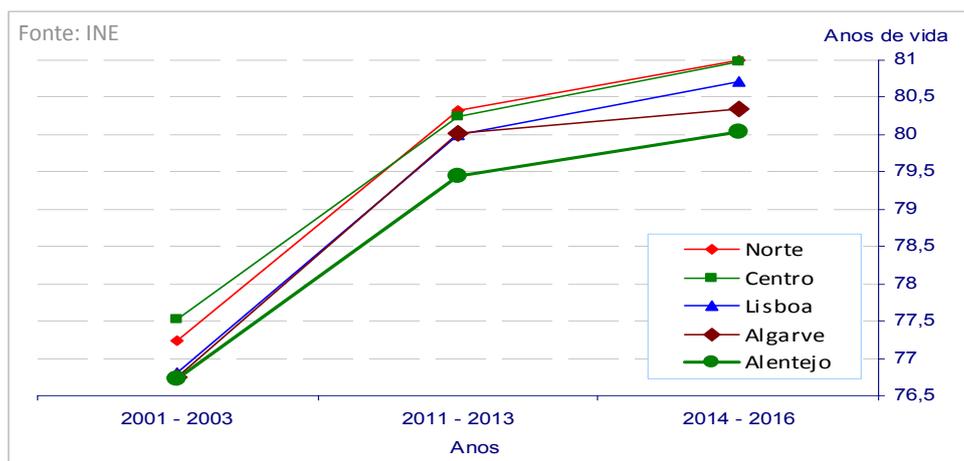
### Esperança de vida à nascença - Alentejo, Portugal 1981 a 2016



### ***O Alentejo é a região do Continente (NUTS II) com menor esperança de vida à nascença***

O Alentejo constitui-se na região do Continente (NUTS II) que apresenta, desde o início do século XXI, o menor valor da esperança de vida à nascença. A evolução deste indicador, no âmbito das NUTS II, tem tido uma tendência globalmente crescente, havendo a destacar a preponderância das regiões Norte e Centro (81 anos) e o significativo abrandamento da tendência de crescimento, que se verificou nos últimos cinco anos, no Algarve (80,3 anos).

### **Esperança de vida à nascença - Região Norte, Centro, Lisboa Alentejo e Algarve - 2001 a 2016**



A análise da distribuição territorial da esperança de vida à nascença, desagregada ao nível das NUTS III (nível sub-regional), tem de ser vista com alguma cautela, uma vez que este indicador é muito influenciado pelas flutuações aleatórias que se verificam quando se observam fenómenos quantitativos de pequena dimensão.

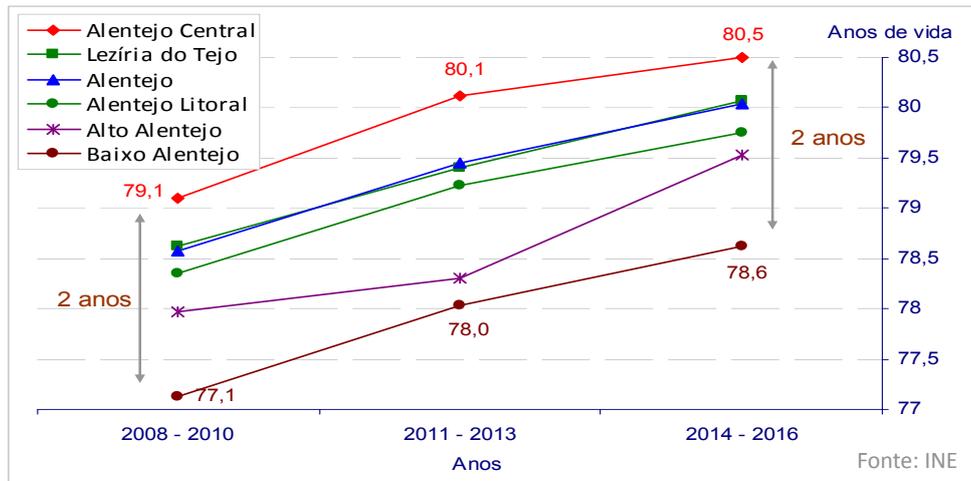
### ***O Alentejo Central apresenta os valores mais elevados de esperança de vida por oposição ao Baixo Alentejo***

Dito isto, é possível identificar algumas tendências na evolução daquele indicador que evidenciam consideráveis disparidades ao nível sub-regional. Para tanto concorre o facto de o Alentejo Central assumir sempre os valores mais elevados da esperança de vida à nascença, por oposição ao Baixo Alentejo, que se configura como a NUTS III do Alentejo com menores valores naquele indicador (78,6 anos). As pessoas que nascem nesta sub-região têm uma expectativa de vida, em média, 2 anos menor que os nascido no território nacional e 1,9 anos inferior aos naturais do Alentejo Central. Estes, contudo, ainda têm uma expectativa de vida inferior à média nacional (80,5 vs. 80,6 anos).

Nas restantes sub-regiões, é possível identificar valores próximos da média regional na Lezíria do Tejo (80,1 anos), ligeiramente superiores aos que ocorrem no Alentejo Litoral (79,8 anos).



### Esperança de vida à nascença – NUTS III do Alentejo 2008 a 2016



**O Alto Alentejo registou, nos últimos anos, uma velocidade de crescimento da esperança de vida superior às restantes NUTS III do Alentejo**

Por fim, referir que o Alto Alentejo registou nos últimos anos uma velocidade de crescimento da esperança de vida superior às restantes unidades territoriais, mas insuficiente para sair da penúltima posição no contexto daquele indicador de longevidade populacional (79,5 anos).

### Esperança de vida à nascença – NUTS III -2014- 2016



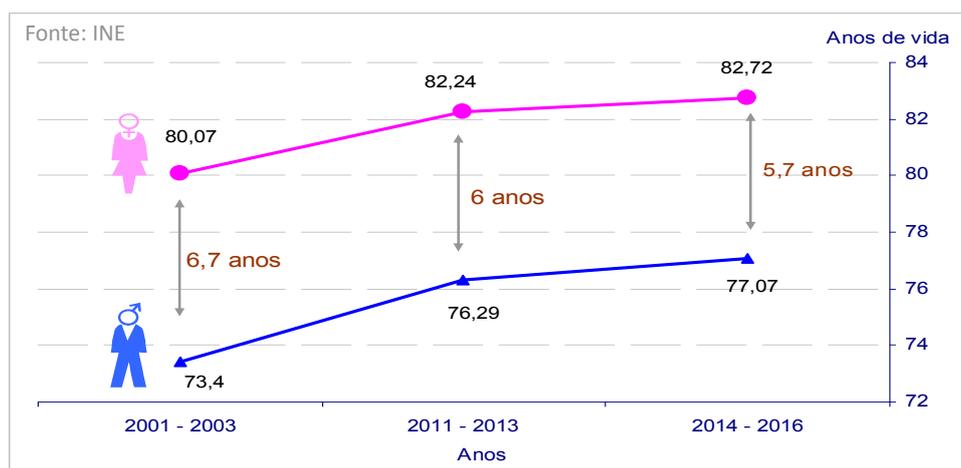
**A esperança de vida tem incidência diferenciada entre Homens e Mulheres. Mas no espaço de uma década e meia, a diferença da esperança de vida entre homens e mulheres reduziu-se um ano.**

Como já se referiu, a esperança de vida é uma medida de mortalidade. Ora como a mortalidade é diferencial em relação aos sexos, ocorrendo de forma mais intensa nos homens do que nas mulheres, também a expectativa relativa à vivência em número de anos é maior no sexo feminino do que no sexo masculino.

Na verdade, pese embora nasçam mais homens que mulheres (a relação de masculinidade dos nascimentos é de 105 H para 95 M), a incidência de mortalidade afecta mais os homens, desde o nascimento e em todas as idades, de tal forma que existem sempre mais mulheres que homens independentemente da idade.

No contexto da esperança de vida à nascença, na região Alentejo, o diferencial de anos de vida expectável, favorável às mulheres era no início do século de 6,7 anos. As mulheres nascidas em 2001 tinham já uma expectativa de vida superior a 80 anos.

### Esperança de vida à nascença por sexos - Alentejo 2001 a 2016



Na actualidade, apesar de se manter uma diferença considerável entre os sexos, aquele diferencial reduziu-se para 5,7 anos. Desta forma, é possível verificar que no espaço de uma década e meia, a diferença entre homens e mulheres reduziu-se um ano. Esta diminuição estará certamente ligada a uma generalização dos estilos de vida que já não tem distinções significativas, como no passado, entre homens e mulheres ■





# Programa Operacional Regional

## Investimentos em destaque

### Ficha de Projecto

**Projeto:****Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP)****Beneficiário:****Instituto Politécnico de Portalegre****Concelho (Localização Física da Operação):****Elvas e Portalegre****Investimento Elegível Aprovado:****€ 182. 714****FEDER Aprovado:****€ 114. 609****Descrição:**

Os CTeSP são ciclos de estudos que visam a obtenção de uma qualificação profissional que permita uma rápida inserção no mercado de trabalho, possibilitando igualmente o prosseguimento de estudos no ensino superior (licenciaturas e/ou mestrados integrados). A estrutura curricular integra componentes de formação geral e científica, técnica e em contexto de trabalho.

O Instituto Politécnico de Portalegre, com o objetivo de contribuir para a qualificação da população e para o desenvolvimento tecnológico da região, tem em funcionamento vários Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CteSP) entre os quais os de Animação Sociocultural Aplicada à Gerontologia e Produção Agropecuária, cofinanciados pelo FSE, através do Programa Operacional Alentejo 2020.



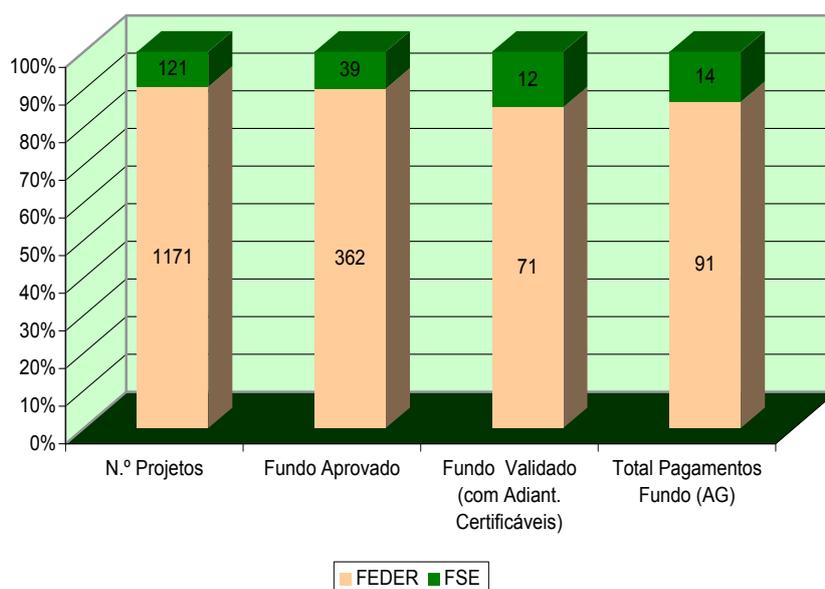


# Programa Operacional Regional

## Síntese da Execução do Alentejo 2020 (30 de Novembro de 2017)

Até 30 de Novembro de 2017, com base nos dados produzidos pela Autoridade de Gestão do PO Alentejo, foram aprovados no âmbito do ALENTEJO 2020, um total de 402 milhões de euros de Fundos Comunitários repartidos por 1.292 operações. A maior parte dos quais (91% dos projetos e 90% do Fundo aprovado) aprovados no âmbito do FEDER.

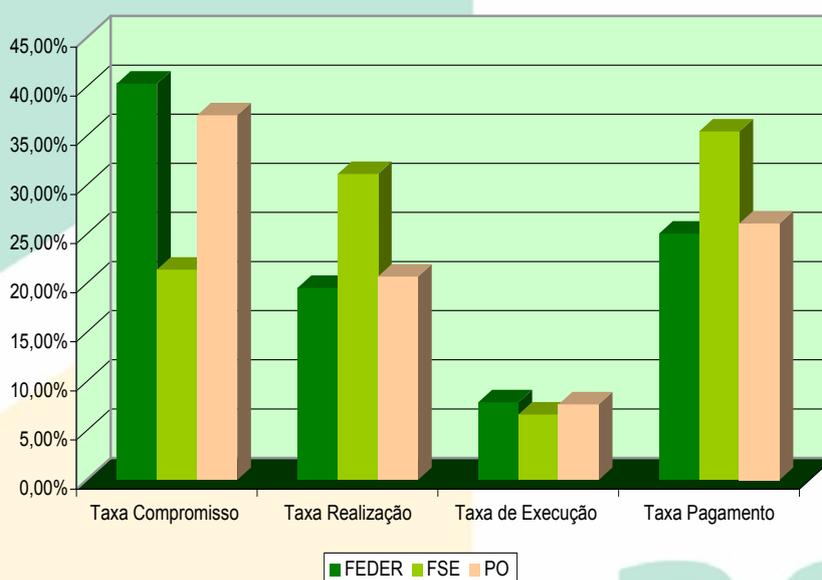
Gráfico – Síntese da execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Também já se comprova que, nesta altura, se encontravam validados cerca de 83 milhões de euros, maior parte deles (85%) no âmbito do FEDER e que já foram pagos a promotores perto de 105 milhões de euros.

Gráfico – Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

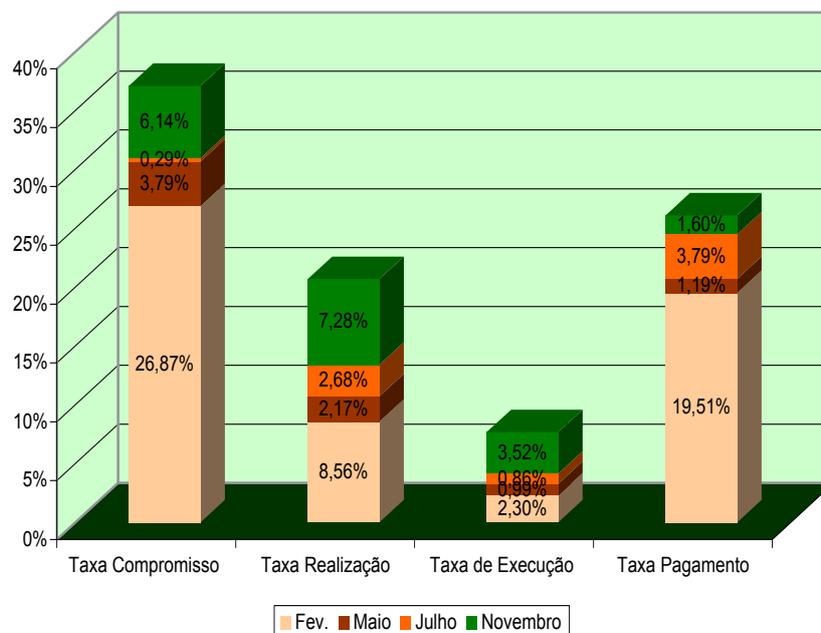
# 2020

Em termos dos Fundos Comunitários presentes no ALENTEJO 2020, tal como seria de esperar o FEDER predomina em todos os indicadores de execução, à exceção das taxas de realização e pagamento na qual predomina o FSE fruto da génese do programa que concede adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

No que concerne à execução do PO a análise efetuada aos indicadores produzidos permite constatar que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores ligeiramente superiores a 37% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Validado/Fundo Aprovado), Taxa de execução (Fundo Validado/Dotação de Fundo), com valores de 20,7 e 7,7%, respetivamente e valores já consideráveis (26%) na Taxa de Pagamento (Fundo pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próxima dos 36%.

A evolução dos indicadores ao longo dos últimos 4 meses foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso e de realização. Registe-se, contudo, que ao nível da taxa de execução se verificou um aumento de 3,52 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 37 milhões de euros de Fundo Comunitário no período em análise.

Gráfico – Evolução dos Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020 (Maio - Julho 2017)

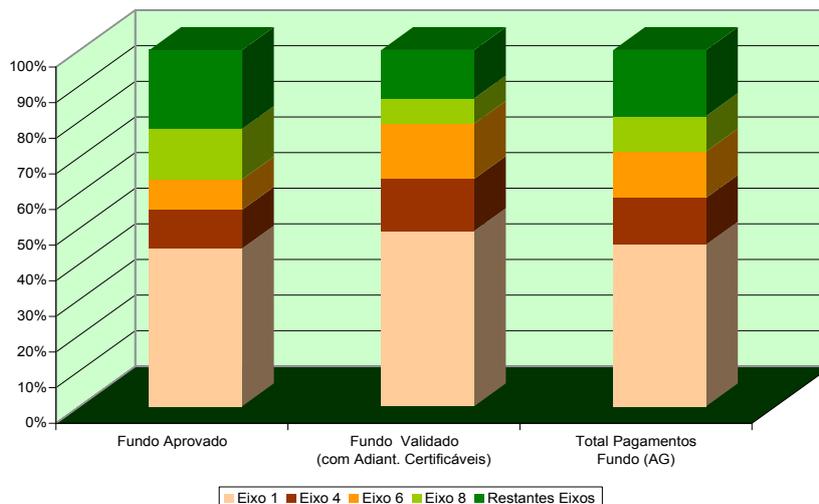


Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Realizando uma análise ao nível de Eixo prioritário constata-se que há uma preponderância do Eixo 1 - Competitividade e internacionalização das PME; seja a nível do Fundo Aprovado (44%), como a nível de Fundo Validado (49%), e também ao nível do Fundo Pago (45%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

Além do eixo 1, a nível de compromissos assumidos também se destacam o Eixo 4 - Desenvolvimento urbano sustentável, Eixo 6 – Coesão Social e Inclusão e Eixo 8 - Ambiente e sustentabilidade, perfazendo os 4 Eixos referidos 78% do total de compromissos assumidos ao abrigo do ALENTEJO 2020.

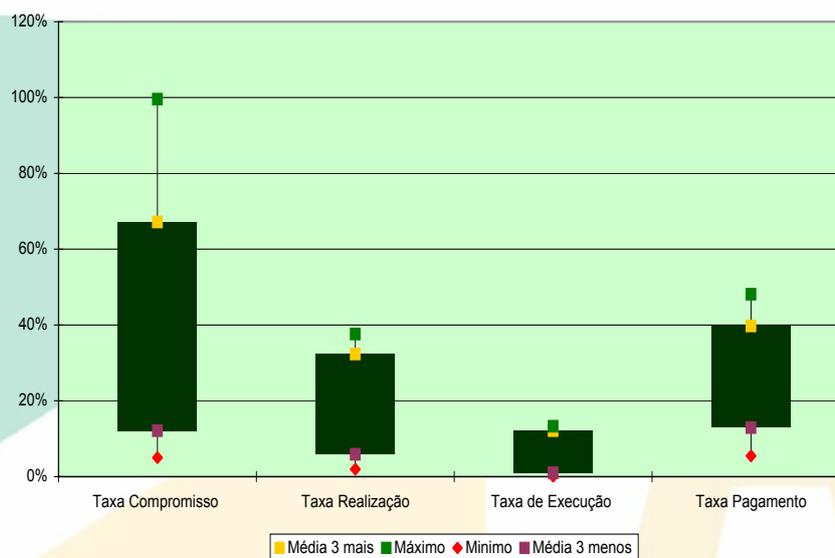
Gráfico – Execução do PO Alentejo por Eixos



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Paralelamente a análise efetuada a nível de indicadores de execução por Eixo prioritário, no que respeita a Taxa de Compromisso verifica-se que o valor máximo observado corresponde ao Eixo 8 que se aproxima dos 100% por sua vez o valor mínimo ocorre no Eixo 5, com apenas 5.0% de Fundo comunitário comprometido. De registar também a grande diferença que se verifica entre a média dos 3 Eixos com maior taxa de compromisso (1, 8 e 9) e os três com menor taxa (2, 7 e 5), indiciando a existência de dinâmicas diferenciadas entre os vários eixos. Por sua vez, relativamente à taxa de realização, os valores são mais modestos, mas ainda assim com destaque para o Eixo 6 que supera os 36%, situando-se no pólo oposto o Eixo 5, com 2% de taxa de realização. Também a este nível se verifica a existência de um intervalo considerável entre as médias dos 3 Eixos com taxas mais elevadas (4, 6 e 10) e dos 3 Eixos com taxas menores (3, 5 e 8).

Gráfico - Indicadores de Execução por Eixo Prioritário

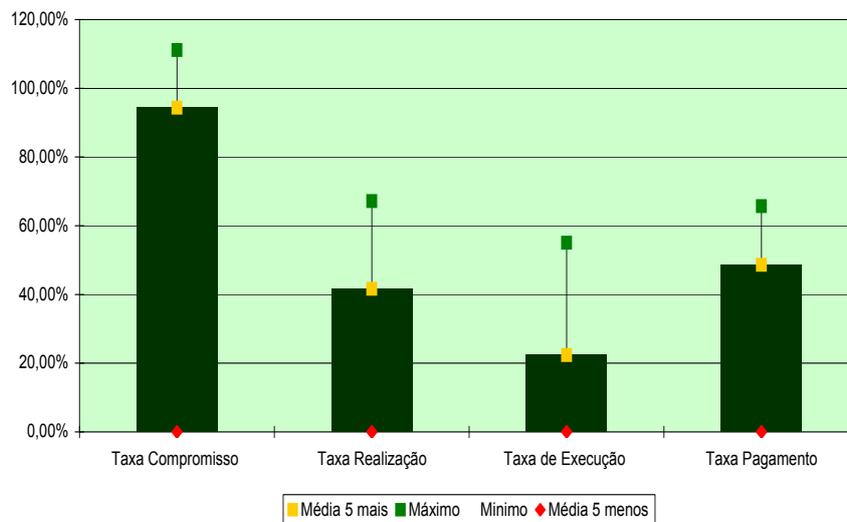


Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

No que concerne à taxa de execução, também se destaca dos restantes o Eixo 10, mas ainda assim com valores ligeiramente superiores a 13%, no lado oposto encontra-se o Eixo 5 com 0,1% de taxa de execução. A este nível as diferenças registadas entre as médias dos 3 melhores Eixos (1, 6 e 10) e dos três com taxas mais baixas (3, 5 e 7) não são muito consideráveis, uma vez que este indicador tem valores baixos em todos os Eixos Prioritários. Por fim na Taxa de Pagamento, uma vez mais o

intervalo entre as médias dos três Eixos com maior valor (4, 6 e 10) e dos três com menor valor (2, 3, e 5) assume um desnível considerável, facto que está relacionado com a génese de alguns eixos, que concedem adiantamentos aos projetos após aprovação. Neste indicador o valor máximo encontra-se no Eixo 10 com perto de 50% e o valor mínimo vai ser observado no Eixo 5 com perto de 6% Realizando uma análise semelhante mas envolvendo as Prioridades de Investimento presentes no ALENTEJO 2020, constata-se que para todas as taxas analisadas existe uma completa coincidência entre os valores mínimos registados para as PI e os valores médios das 5 PI com menores taxas, sendo todos eles iguais a 0%. Indicando que existe um número considerável de Prioridades de Investimento que ainda não foram mobilizadas.

Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

A nível da Taxa de compromisso constata-se que o valor mais elevado (111%) encontra-se na PI 3.2 e já supera os 100%, da mesma forma as cinco PI com valores mais elevados de compromisso (3.2, 6.3, 2.3, 6.5 e 9.1), têm todas valores superiores a 80%. No que respeita a taxa de Realização a PI 9.1 apresenta o valor mais elevado com 67% e as cinco PI com valores mais elevados (3.1, 4.5, 9.8, 9.1 e 13.1) situam-se todas entre os 30 e 70% de realização. Por sua vez relativamente à taxa de Execução verifica-se as cinco PI com valores mais elevados (9.1, 3.2, 3.3, 3.1 e 4.5), exceptuando a 9.1 que supera os 55%, todas as restantes se situam no intervalo compreendido entre 11 e 20%. Por fim ao nível da taxa de Pagamento destaca-se das demais a PI 9.1 com 65%, sendo que as restantes PI com valores mais elevados nesta taxa estão situadas num intervalo compreendido entre os 40 e os 50% ■

